



CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL
Ata da 134ª reunião, realizada em 25 de setembro de 2019

1 Em 25 de setembro de 2019, reuniu-se ordinariamente a Câmara Normativa
2 e Recursal (CNR) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), no
3 auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
4 Sustentável (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes
5 membros titulares e suplentes: o presidente Hidelbrando Canabrava
6 Rodrigues Neto, representante da SEMAD. Representantes do poder
7 público: Carla Raquel Fonseca Corrêa, da Secretaria de Estado de
8 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Daniel Rennó Tenenwurcel,
9 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Túlio
10 Almeida Lopes, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Mariana de
11 Resende Franco, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
12 (Sedese); Renata de Magalhães Couto Viana, da Secretaria de Estado de
13 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Francisco Chaves Generoso, do
14 Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG); João Batista Barbosa
15 Júnior, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da
16 Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (ALMG); Flávio Túlio de
17 Matos Cerqueira Gomes, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos
18 Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Representantes da sociedade civil:
19 Carlos Alberto Santos Oliveira, da Federação da Agricultura do Estado de
20 Minas Gerais (Faemg); Denise Bernardes Couto, da Federação das
21 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Adriano Nascimento Manetta,
22 da Câmara do Mercado Imobiliário de Minas Gerais (CMI); Paulo José de
23 Oliveira, da Associação Pro Pouso Alegre (APPA); Guilherme Vilela de
24 Paula, da Organização Ponto Terra; Marcelo Ribeiro Pereira, da
25 Universidade Federal de Viçosa (UFV) – Campus de Rio Paranaíba; Cláudio
26 Jorge Cançado, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas
27 Gerais (Crea/MG); Virgínia Campos de Oliveira, da Sociedade Mineira de
28 Engenheiros (SME). **Assuntos em pauta.** **1) HINO NACIONAL**
29 **BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** O
30 presidente Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto declarou aberta a 134ª
31 reunião da Câmara Normativa e Recursal. **3) COMUNICADOS DOS**
32 **CONSELHEIROS E ASSUNTOS GERAIS.** Conselheiro Carlos Alberto
33 Santos Oliveira: “Este assunto que eu estou trazendo aqui para informação
34 eu levei hoje à reunião da CPB, pela manhã. Muito por conta da questão do
35 desmatamento da Mata Atlântica, houve nos dois últimos anos – e
36 agravando neste ano de 2019 – um aumento dos autos de infração por
37 desmatamento na região de Mata Atlântica, na região do Vale do

38 Jequitinhonha. E aí houve um incômodo muito grande entre as lideranças e
39 produtores rurais do Vale do Jequitinhonha, de um modo geral, e eles
40 pediram apoio da Faemg. Então nós fizemos realizar lá um seminário, um
41 evento, em que compareceram a Polícia Militar, os técnicos dos escritórios
42 do IEF da região e a representação da Fiscalização da SEMAD. Ficou
43 flagrante um desentendimento das três entidades – Fiscalização da SEMAD,
44 técnicos do IEF e Polícia Militar – a respeito de desmatamento, que, nosso
45 entendimento, era limpeza de área. E a limpeza de área, segundo o Código
46 Florestal e demais legislações, não necessita de licença ambiental. A polícia
47 teria informado que, para ela, a orientação não seguia essa linha, os técnicos
48 do IEF com outro pensamento, e a Fiscalização da SEMAD com um terceiro
49 pensamento. Passaram-se 40 dias desse evento. Foi um evento de dois
50 dias, em que houve visita de campo, um momento das palestras. E
51 passaram-se 40 dias, e os autos de infração continuam sendo lavrados. A
52 Federação da Agricultura entende que em qualquer procedimento em
53 desacordo com a legislação vigente devem ser aplicados os remédios
54 adequados. Mas no momento em que nós encontramos três entidades que
55 participam desse processo em desacordo, nós entendemos que deveria ter
56 sido providenciado, especialmente pelo IEF e pela SEMAD, um
57 procedimento que unificasse o entendimento de que a polícia está multando
58 o que nós entendemos que seja limpeza de área. Limpeza de área não
59 necessita de licença ambiental, aliás, não necessita de nenhum tipo de
60 licença. Então estamos trazendo essa questão aqui na esperança de que
61 uma alma bondosa leve essa discussão lá para dentro da Secretaria de Meio
62 Ambiente, porque os autos de infração continuam a ser expedidos. Tem na
63 minha mesa um auto de infração que é muito claro, a multa é R\$ 35 mil. E
64 R\$ 350 mil tiram o produtor rural de circulação. E não é um caso, são muitos
65 casos. Por essa razão, estamos trazendo aqui essa questão para ser
66 discutida. Certamente, o presidente da Faemg vai também levar a questão
67 ao senhor secretário de Meio Ambiente. Mas esse tipo de assunto não
68 encontra guarida, não tem ninguém querendo refrescar questão de multa.
69 Então nós achamos que é uma questão difícil que precisamos vencer. Então
70 eu estou fazendo aqui essa discussão, trazendo esses fatos, na esperança
71 de que possamos levar essa discussão a um final adequado, de acordo com
72 a legislação. Lembrando, novamente, que nós não estamos querendo
73 refresco. Nós estamos querendo que a lei seja aplicada da forma que está
74 escrita.” Presidente Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto: “A limpeza de
75 área está prevista na Resolução Conjunta 1905, e certamente todos os
76 órgãos que fazem parte do Sisema – a Polícia, o IEF e a SEMAD – têm que
77 atuar de maneira conjunta e alinhada. Nós recebemos a fala do senhor, eu
78 vou pegar e passar para os setores responsáveis. Nós já estamos
79 trabalhando para evitar esse tipo de ocorrido em instruções de serviço,
80 orientações de serviços. Nos últimos anos, foram publicadas mais

81 orientações e instruções de serviço do que na última década. E é um objetivo
82 nosso aqui no Sisema. Eu vou pegar essa semana e passar para os setores
83 responsáveis.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Você falou
84 1905...” Presidente Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto: “Resolução
85 Conjunta SEMAD/IEF 1905.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Lá
86 está escrito que na região da Mata Atlântica, quando o rendimento oleoso for
87 inferior a 8 m³/hectare, o procedimento não necessita de licença. A
88 Fiscalização da SEMAD não entende assim, e a Polícia Militar não entende
89 assim. E a Polícia teria sido orientada a não observar essa questão da 1905.
90 É um assunto complicado.” Presidente Hidelbrando Canabrava Rodrigues
91 Neto: “Sim. Eu vou pegar e repassar para o setor responsável.” Conselheiro
92 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu não sei se o setor responsável vai querer
93 levar isso à frente. Por isso eu pediria, Sr. Hidelbrando, fazendo um apelo à
94 sua pessoa, que essa questão caminhasse mesmo.” Conselheira Virgínia
95 Campos de Oliveira: “Eu só gostaria de informar que vou ter que me
96 ausentar a partir das 16h45. Então de antemão eu peço licença a todos.”
97 Conselheiro Guilherme Vilela de Paula: “Eu gostaria de convidar a todos. A
98 Ponto Terra está realizando um curso de medição de conflitos
99 socioambientais, que será realizado agora nos dias 27 e 28 de setembro,
100 sexta e sábado, das 8h às 17h. É extremamente interessante o curso. Eu,
101 particularmente, já participei, já fiz esse curso. É uma abordagem
102 extremamente interessante, não é jurídica. Eu acredito que alguns servidores
103 aqui da SEMAD já se inscreveram. É algo extremamente interessante e uma
104 abordagem bastante diferenciada em relação aos conflitos. Porque o conflito
105 existe, e muita das vezes nós não sabemos como lidar com ele. Pelo menos,
106 na Faculdade de Direito. E o nosso direito é positivo. Sendo positivo, ele
107 parte sempre de um conflito em relação a uma norma e o entendimento em
108 relação à norma. Então o curso vem abordar uma maneira diferente de
109 entender o conflito e como se posicionar em relação ao conflito. E o servidor
110 público, o nosso gestor ambiental, encontra esse conflito diariamente,
111 porque, além de ter o positivismo da norma, nós temos alguns
112 entendimentos e alguns princípios que muitas vezes geram esse próprio
113 conflito. Então eu faça um convite a vocês. Tem no site da Ponto Terra, tem
114 no site da Sympla, e é muito simples de se fazer a inscrição:
115 www.symppla.com.br, curso de mediação de conflitos socioambientais. Os
116 senhores todos estão convidados. Se puderem passar isso para os outros
117 colaboradores, isso é muito interessante. E fica o nosso agradecimento pelo
118 espaço.” **4) EXAME DA ATA DA 133ª REUNIÃO DA CNR.** Aprovada por
119 unanimidade a ata da 133ª reunião da Câmara Normativa e Recursal,
120 realizada em 28 de agosto de 2019. Votos favoráveis: Sede, Segov, Sedese,
121 Seinfra, Faemg, Seapa, Fiemg, CMI, Ibama, Ponto Terra, APPA, SME, UFV
122 e Crea. Abstenção: Ministério Público. Ausências: PMMG, Ibram, AMM,
123 Assembleia Legislativa e Fetaemg. **5) ACOMPANHAMENTO PELO**

124 **SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (SISEMA) DAS AÇÕES DE**
125 **CONTENÇÃO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL EM VIRTUDE DO**
126 **ROMPIMENTO DA BARRAGEM 1 DA VALE S/A., EM BRUMADINHO.**
127 **Apresentação: Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM).** Renato
128 Teixeira Brandão, da FEAM, fez apresentação sobre o acompanhamento
129 pelo Sisema das ações de contenção e recuperação em virtude do
130 rompimento da Barragem 1, da Vale S/A, em Brumadinho. O conteúdo da
131 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro
132 Carlos Alberto Santos Oliveira: “Parabéns pela exposição, com muita
133 clareza, muito bem concatenada. Agora, aconteceu na última reunião do
134 COPAM uma apresentação da Copasa a respeito das expectativas de
135 abastecimento de água de Belo Horizonte. E ela foi, de alguma forma,
136 contestada pelo conselheiro Tales, ex-funcionário da Copasa, que levantou
137 dúvidas a respeito da expectativa de aproveitamento das águas do
138 Paraopeba para abastecer Belo Horizonte. Eu não consegui capturar. Para
139 este ano de 2019, se tiver problema com abastecimento do rio das Velhas, o
140 Paraopeba pode contribuir?” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “É uma
141 pergunta difícil. Eu vou tentar explicar quais são as influências que sabemos
142 que vão acontecer, e eventualmente isso demanda até outros estudos para
143 avaliar como esse material que foi depositado no fundo do Paraopeba vai se
144 comportar.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu fiquei meio
145 assustado. Hoje eu estava vendo o jornal do meio-dia, e o Polignano, que é o
146 presidente do Comitê do Rio das Velhas, estava dando uma notícia de que
147 Belo Horizonte está na porta de uma crise de abastecimento de água. E
148 ninguém está sabendo disso, essa discussão não ficou clara ainda nos
149 jornais. E o que o Polignano falou combina muito com o que o Tales falou,
150 que o Paraopeba está fora de cogitação e que o rio das Velhas, a qualquer
151 contratempo que tiver, inclusive de barragens, de novas barragens por aí,
152 estamos com a corda no pescoço e não estamos sabendo. Por isso que eu
153 pergunto.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Com relação ao abastecimento
154 de água em geral, a Copasa seria a mais competente. No âmbito do Comitê,
155 temos discutido, e já está encaminhado um acordo, que seria trazer essa
156 captação para 2 km a montante, não pegando o impacto do rompimento.
157 Sendo viável essa captação, nós retornaríamos com a estrutura que existia
158 antes do rompimento, com a possibilidade de captação. Nós temos que
159 registrar que a proibição aqui colocada é da confluência do Ferro-Carvão
160 para frente. Então essa captação poderia viabilizar isso, e está sendo
161 discutido junto ao Comitê. Existe um cronograma para esse atendimento.
162 São obras grandes, e a ideia é que já iniciem para termos essa possibilidade.
163 Com relação às ações aqui, a expectativa é que com a primeira sessão de
164 entrada de material no Paraopeba tenhamos ali um volume que, por questão
165 natural, o rio vai levar esse material. Uma das funções do rio é carreamento
166 de material. Então vai acontecer. Se esse carreamento vai comprometer ou

167 não a qualidade da água para captação, é uma questão que estamos
168 estudando ainda. Mas como nós temos nesse primeiro trecho uma grande
169 parte desse material disposto, a dragagem, a retirada desse material é uma
170 das ações que entendemos que vai trazer um resultado mais rápido para
171 essa questão. A dragagem está projetada para acontecer até o final do
172 próximo período chuvoso. Se conseguirmos aplicar aquilo que está colocado
173 ali, que é até a confluência do Ferro-Carvão e depois avançar 2 km – a
174 captação, se não me engano, está a 15 km ou 16 km depois –, nós já
175 trataríamos grande parte desse sedimento. Então poderia se tornar viável a
176 captação depois da dragagem, mas independente dessa dragagem, que vai
177 ter um momento de revolvimento, a Copasa e o Comitê têm trabalhado para
178 captar antes. E essa captação antes compensaria a inviabilidade de
179 captação no Paraopeba que hoje existe. Eu não tenho esses números que
180 foram trazidos pelo Polignano e pela Copasa e acho que eles têm mais
181 condições de falar desses números. Mas nós temos trabalhado nesse
182 sentido. Está falando de uma dragagem que vai diminuir a possibilidade de
183 aumento de turbidez, mas, independente disso, trabalhando também para
184 que possa ocorrer a captação antes, a montante da área impactada. É isso
185 que temos que trabalhar.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Eu vi
186 uma apresentação feita pelo Albanez, da Seapa, das consequências também
187 do rompimento da barragem. Só que a Seapa está trazendo o ser humano
188 para discutir e apresentar o que tem sido feito lá com as pessoas que são
189 atingidas na região. Porque tem gente que está longe de onde foi o fluxo dos
190 detritos e tem gente que está perto. Então a apresentação da Seapa é muito
191 interessante. E eu sugeriria que fosse convidada a Seapa, na pessoa do
192 João Albanez, para a próxima reunião desta CNR. E não só desta CNR. Eu
193 acho que a apresentação também serve – porque complementa está aqui,
194 que é muito técnica – para todas as outras câmaras do Sistema.” Presidente
195 Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto: “Nós faremos o convite. Inclusive,
196 nós estivemos reunidos com ele hoje na parte da manhã, e ele já até
197 adiantou que vai ser elaborado um zoneamento ambiental e produtivo da
198 bacia.” Conselheira Carla Raquel Fonseca Corrêa: “Na verdade, só para
199 pegar um gancho na fala do conselheiro Carlos Alberto da disponibilidade
200 que a Seapa tem de estar apresentando para os outros conselheiros sobre
201 as ações da Secretaria. Para oficializar o convite.” Conselheira Virgínia
202 Campos de Oliveira: “São bacanas as ações que estão sendo feitas para
203 minimizar os impactos ambientais relativos ao rompimento. Não faz parte da
204 sua apresentação, mas eu gostaria de perguntar se estão sendo feitos
205 esforços no sentido de caracterizar os resíduos quanto a granulometria,
206 composição, densidade, no sentido de entender o comportamento desses
207 resíduos visando, de forma preventiva, a possibilidade de outros acidentes
208 dessa natureza.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “Para o caso específico
209 aqui, nós não estamos trabalhando nesse sentido que a senhora colocou.

210 Para o caso em que estamos trabalhando com esse resíduo como sendo um
211 resíduo que vai ser disposto em uma área, essa área tem que ter condição
212 de receber esse resíduo, dada a sua característica com relação às normas
213 técnicas. Esse é o objetivo principal dessa questão. Independente disso,
214 para o caso, nós temos a Política Estadual de Segurança de Barragem, que
215 traz uma série de obrigações. E a ideia é trazer aqui também a esta Câmara
216 uma proposição de parte da regulamentação da lei, para discutirmos aqui
217 nesta Câmara, no COPAM. Essa é a ideia do governo. Nós temos trabalhado
218 intensamente para construir uma proposta factível de ser trazida aqui à
219 Câmara. Mas existe lá dentro – e eu acho que está dentro da preocupação
220 da senhora – um objetivo de descaracterizar as barragens de montante, que
221 estão relacionadas ao fenômeno que aconteceu lá, que é a liquefação. E nós
222 criamos um comitê de especialistas, e esse comitê de especialistas tem
223 discutido ações e caracterizações das estruturas, do material que está lá
224 disposto, para definir a melhor forma de ser feita a descaracterização dessas
225 estruturas sem um acréscimo de riscos dentro dessas estruturas. E aí
226 contempla o que a senhora falou de uma caracterização granulométrica,
227 caracterização quanto a suscetibilidade a liquefação ou não. Todas essas
228 discussões nós estamos fazendo dentro do Comitê. Adiantando um pouco,
229 com relação à classificação como resíduo, sabemos que o processo de
230 mineração de minério de ferro leva um resíduo que não tem características
231 de periculosidade, ele não é considerado perigoso em 99% das
232 caracterizações. Então com relação à classificação em si nós temos uma
233 certeza de que esse material, pela norma da ABNT, é não perigoso. Mas
234 existem essas variações com relação a granulometria e uma série de outras
235 discussões que vão impactar na forma que vai ser disposto, nas medidas
236 que vamos precisar para colocar dentro dessas áreas. Nós estamos fazendo
237 isso, resumidamente, nas discussões das caracterizações, o que é uma
238 preocupação muito grande que temos com relação à característica desse
239 material que está lá e se esse procedimento de descaracterizar tem uma
240 certeza de que não vai trazer riscos adicionais, dependendo de como vai ser
241 implementado o projeto, com que velocidade, como vai ser conduzida toda
242 essa questão. Então temos trabalhado mais nesse sentido.” Conselheiro
243 Guilherme Vilela de Paula: “Parabéns pela apresentação. Continuando essa
244 questão de rejeito e resíduos, eu gostaria de saber: os rejeitos estão sendo
245 levados para onde? E eu gostaria também de perguntar, nós temos em
246 execução um plano de recuperação integral, que está em elaboração, a ser
247 aprovado. Existe algum documento para essa primeira fase? E gostaria de
248 perguntar se os cronogramas estão sendo cumpridos e se tem alguma etapa
249 com algum risco, algum atraso relevante.” Renato Teixeira Brandão/FEAM:
250 “Com relação a esse plano, que temos acompanhado nessas reuniões, que
251 eram semanais e agora passaram a ser quinzenais, existe uma
252 determinação de apresentar no auto de fiscalização do Sisema um plano

253 para compreensão desse material, desse rejeito. Nós temos trabalhado com
254 eles na evolução desse plano. Então o plano, para conter o material, ficou
255 vinculado aqui à primeira parte. ‘Curtíssimo e curto prazo’. Então todas as
256 medidas que discutimos estão relatadas nesse plano, que vem sendo
257 apresentado pela empresa, e nós vimos trazendo evoluções dele. Ele é
258 revisto, tem uma série de revisões, trazendo todas as medidas. Então para
259 essas ações agora elas estão todas registradas nesse plano, que é um
260 documento dinâmico, e nós vimos atualizando. Com relação ao médio e
261 longo prazos, nós vamos iniciar uma discussão, a empresa vai apresentar
262 um primeiro documento, no final deste mês, que vamos encaminhar para a
263 equipes técnicas fazerem uma discussão e também com os outros atores
264 que vão receber esse plano. O Ministério Público, outras Secretarias também
265 devem fazer alguma manifestação, porque tem questões ambientais, mas
266 que repercutem em outras áreas. Para iniciarmos a discussão de ações de
267 médio e longo prazo. Essa é a lógica que usamos. Com relação aos resíduos
268 e rejeitos, existia uma demanda da própria operação com relação à busca de
269 identificar áreas onde esse material poderia ir e de alguma forma ser
270 armazenado depois, realizada a busca, até para continuar as buscas. Então
271 o primeiro local que foi definido para fazer, que já existia uma área que
272 recebia o material – que era estéril, não era rejeito – foi a área da pilha de
273 Menezes, que é a área onde se recebe o material. Depois de triado, com
274 relação à busca de segmentos e à retirada de contaminantes e de materiais
275 metálicos, plásticos, ele vai para essa pilha. Então nós temos um
276 procedimento definido. Visualmente, foi identificado algum equipamento ou
277 algum elemento que possa trazer uma contaminação para aquele material
278 que está ali, é suspensa a busca; a equipe vai à área, faz a retirada desse
279 material e dos resíduos que visualmente estão identificados como
280 contaminados; esse material não vai para pilha, vai ser tratado como um
281 resíduo perigoso. Retirado esse material, faz-se uma verificação em campo,
282 com equipamento de campo, para ver se tem mais alguma contaminação
283 que não só a visual. Se tiver, retira-se o restante. Se não tiver, esse material
284 passa a ter o fluxo de busca por segmentos, retirada dos outros materiais e
285 encaminhamento à pilha. Então esse é o fluxo que foi definido. Então não
286 está indo para a pilha o material que foi triado anteriormente em que foi
287 identificada alguma contaminação. Esse material vai ser tratado como
288 contaminado e tem que ir para uma destinação adequada no aterro de
289 resíduo perigoso.” Conselheiro Guilherme Vilela de Paula: “E os prazos estão
290 sendo cumpridos? E quanto aos resíduos da ETAF, ela está produzindo
291 rejeito ou resíduo ou alguma coisa. Para onde está sendo encaminhado?”
292 Renato Teixeira Brandão/FEAM: “A ETAF 1, que está em operação, a maior
293 parte do resíduo que está sendo gerado fica nesse bag, que é um geotêxtil,
294 que faz a filtragem, passa, é filtrado, o material que fica lá fica contido. Eles
295 ainda não encheram os bags todos, mas depois que encher eles vão rasgar

296 esse material, coletar uma amostra, fazer uma caracterização se esse
297 material, eventualmente, pode ser ou não perigoso. Não sendo perigoso, ele
298 vai para a pilha. Sendo perigoso, vai ter que ir para um aterro de resíduo
299 perigoso. Não teve ainda o enchimento desses bags, mas o procedimento
300 para o rejeito que foi gerado, da ETAF, é um procedimento muito similar ao
301 do material que está sendo tirado do Ferro-Carvão como um todo. Com
302 relação a prazos, nós temos discutido alguns prazos. De forma geral, têm
303 cumprido. Um gargalo que nós temos é a dragagem, porque nessa garagem
304 estamos discutindo a melhor forma como as medidas de controle dessa
305 dragagem têm que ser implementadas para diminuir turbidez e alguma
306 mortandade de peixe que pode acontecer na região. Então a dragagem hoje
307 é um ponto crítico dessas obras que eu passei. Nós temos acompanhado e
308 buscado que eles atendam o cronograma de outras formas, mas a dragagem
309 é um ponto que nós vemos como mais propenso a não ser atendido o
310 cronograma colocado.” Conselheiro Guilherme Vilela de Paula: “Nos
311 aspectos socioambientais vocês não estão mexendo, tratando nesse
312 primeiro plano.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “O que nós tentamos tratar
313 do ponto de vista social aqui é que para todas as obras nós pedimos um
314 plano de comunicação para a empresa. Tanto nós como outros órgãos
315 recebemos diariamente denúncia sobre ‘a empresa está voltando a operar’,
316 ‘aquela ação está autorizada ou não’. Então nós temos tentado acompanhar
317 que a empresa faça, além dessas comunicações, que eu acho que todo
318 mundo já recebeu em algum momento, reuniões com as comunidades
319 apresentando claramente quando vai começar a obra e o objetivo daquela
320 obra para aquela situação. Nós temos solicitado isso, eles têm apresentado
321 alguns relatórios dessas reuniões com quem da comunidade está
322 participando. Mas toda obra, antes de iniciar sua execução, a empresa tem
323 que fazer uma reunião com as comunidades ali envolvidas para falar ‘nós
324 vamos começar a partir da semana que vem a realizar a dragagem’. Até para
325 tentar diminuir esses problemas de comunicação que aconteceram em
326 algumas dessas intervenções que iniciaram antes dessa comunicação.”
327 Presidente Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto: “Só complementando
328 que nós estamos apresentando aqui as nossas ações no âmbito da
329 Secretaria de Meio Ambiente, do Sisema. Todas as Secretarias do Estado
330 estão trabalhando na questão de Brumadinho, no Comitê Pró-Brumadinho. A
331 Secretaria de Desenvolvimento Social tem feito ações também na área,
332 porque o impacto social vai muito além disso que estamos apresentando.
333 Aumentou a quantidade de desemprego, depressão, pessoas que foram
334 atrás de serviço básico de saúde. Então está muito além disso, e todas as
335 Secretarias estão trabalhando para resolver na sua área de atuação.” **6)**
336 **PROPOSTA DE ADIAMENTO DA EXIGIBILIDADE DO MANIFESTO DE**
337 **TRANSPORTE DE RESÍDUOS (MTR) PARA RESÍDUOS DE AGREGADOS**
338 **SIDERÚRGICOS (RESÍDUOS DE ACIARIA). Apresentação: Federação**

339 **das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg)**. Denise Bernardes
340 Couto, representante da Fiemg, e outros representantes do setor fizeram
341 exposição de motivos e proposta de adiamento da exigibilidade do Manifesto
342 de Transporte de Resíduos (MTR) para resíduos de agregados siderúrgicos.
343 Ficou acordado nesta sessão que o setor deverá formalizar uma proposta
344 detalhada para avaliação do órgão ambiental. Denise Bernardes
345 Couto/Fiemg: “Houve a disponibilização do Sistema MTR depois da
346 aprovação da DN 232, e esse sistema foi disponibilizado já para testes, de
347 acordo com a previsão da norma. E está sendo verificado que nesses testes
348 há uma necessidade de emissão muito alta desses MTRs por parte da
349 siderúrgica no que se refere aos resíduos de escória de aciaria. Para
350 resolver o problema dessa grande quantidade de MTRs que poderiam vir a
351 ser emitidos, foi proposta uma integração do Sistema MTR hoje juntamente
352 com os sistemas das indústrias siderúrgicas que fazem, no caso, a geração
353 desses resíduos de escória de aciaria. Quem mantém esse sistema MTR
354 hoje no Estado de Minas Gerais é a Abetre (Associação Brasileira de
355 Empresas de Tratamento de Resíduos e Efluentes), que nos deu um
356 treinamento, mostrou como é o funcionamento do próprio sistema. E ela
357 disse que é possível fazer essa integração dos sistemas, tanto das indústrias
358 como do MTR, mas para isso é necessário um prazo. E seria um prazo de
359 quatro meses para fazer a integração dos sistemas e as próprias empresas
360 poderem fazer a emissão do MTR de uma forma um pouco mais fácil, um
361 pouco mais simplificada para eles. Porque a geração de documentos
362 realmente é enorme. O pessoal do setor tem dados e constatações que
363 podem apresentar aqui. Em virtude da necessidade de haver essa integração
364 para poder haver uma melhoria operacional para todo mundo é que a Fiemg
365 quer fazer uma solicitação de adiamento da exigência do MTR no caso dos
366 resíduos de aciaria, porque é o resíduo que tem o maior volume de geração
367 no Estado de Minas Gerais. Então vimos mostrar isso e dizer que o setor não
368 quer deixar de cumprir o que a norma diz, mas quer tentar cumprir da melhor
369 forma possível também, que seja melhor operacionalizado não só para o
370 Estado, mas as próprias empresas também. Nós trazemos a discussão aqui
371 para que todos já tenham conhecimento e também vamos trazer ao
372 secretário-executivo COPAM uma proposta para agregar isso e ver se seria
373 possível esse adiamento nesse prazo de quatro meses para que haja a
374 integração desse sistema.” Renato Teixeira Brandão/FEAM: “De forma geral,
375 nós entendemos que é possível fazer adaptação de uma operação, pode
376 trazer algum impacto com relação a destinação, mas dentro dos quatro
377 meses vamos ter um sistema que vai gerar automático, sem esse impacto ou
378 trazendo esse impacto para quase zero. Porque eventualmente vai ter que
379 imprimir um documento a mais para apresentar. Mas não conseguimos ver a
380 lógica de por que escória de aciaria especificamente. Realmente, não temos
381 hoje um webservice funcionando para aqueles empreendimentos que geram

382 grandes volumes e que terão que gerar grandes volumes de MTRs. A FEAM
383 entende que a escória de aciaria não deveria ficar como um todo fora do
384 sistema, mas precisamos ter uma clareza na proposta. Nós lemos o ofício de
385 encaminhamento, e eu acho que a Fiemg poderia trazer mais elementos
386 mais claros para nós. Eu acho que tem que trazer uma clareza na definição
387 do que é resíduo de aciaria e quais são esses resíduos que estão incluídos,
388 se estamos falando só da escória, se estamos falando de outros resíduos e
389 quais são esses outros resíduos. Precisamos ter essa clareza só para
390 contribuir com a discussão aqui que a Fiemg trouxe, para ficar claro para
391 todo mundo, se estamos falando de resíduos de forma geral, quais seriam
392 esses ou se são só, efetivamente, a escória de aciaria. Até porque já existe
393 uma exceção para o setor siderúrgico que está relacionada com a escória de
394 alto-forno, que não tem que constar do MTR de forma nem temporária, mas
395 efetivamente como um todo.” **7) MINUTA DE DELIBERAÇÃO NORMATIVA
396 COPAM. 7.1) Minuta de Deliberação Normativa COPAM que altera o
397 Anexo Único da Deliberação Normativa N° 217, de 6 de dezembro de
398 2017. Apresentação: SEMAD. Retorno de vista: Ministério Público,
399 Fiemg, CMI, Ibram e Faemg.** Minuta de deliberação normativa aprovada por
400 maioria, nos termos apresentados pela SEMAD. Votos favoráveis: Sede,
401 Segov, Sedese, Seinfra, Faemg, Seapa, Fiemg, CMI, Ibama, Ponto Terra,
402 Assembleia Legislativa e SME. Abstencões: Ministério Público e UFV. Votos
403 contrários: Crea e APPA. Ausências: Ibram, AMM, PMMG e Fetaemg.
404 Justificativas de votos contrários. Conselheiro Cláudio Jorge Cançado: “Eu
405 acredito que a proposta que você falou antes de votarmos acomodaria as
406 diversas visões, no meu ponto de vista. Por isso que eu votei contrário.”
407 Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu só quero acrescentar que qualquer
408 norma que venha flexibilizar algo em que já estamos enfrentando problema,
409 que já está difícil de o Estado acompanhar e aplicar, se flexibilizamos
410 qualquer norma aqui, estamos criando mais problema. Nesse sentido, o meu
411 voto é pela insegurança ainda e contrário.” Proposta rejeitada. Em votação
412 por maioria, a Câmara rejeitou proposta apresentada pelo representante do
413 Crea de inclusão de artigo modificando o artigo 19 da DN 217, inserindo a
414 atividade fotovoltaica (código E0206-2) acima de 10 megawatts. “Proposta de
415 inclusão do artigo 3º com o seguinte texto: ‘Fica acrescida na alínea II do
416 artigo 19 da Deliberação Normativa COPAM 217, de 6/12/2017, a seguinte
417 redação: Código E0206-2 - Usina fotovoltaica acima de 10 MW.’” Votos
418 contrários à proposta: Sede, Segov, Sedese, Seinfra, Faemg, Seapa, Fiemg
419 e CMI. Votos favoráveis: Ibama, Ponto Terra, APPA e Crea. Abstencões:
420 Ministério Público e Assembleia Legislativa. Ausências: SME, UFV, AMM,
421 PMMG, Ibram e Fetaemg. Justificativas de votos contrários à proposta do
422 Crea. Conselheira Denise Bernardes Couto: “Eu justifico meu voto na
423 questão de que, a nosso ver, a proposição da minuta original já atende todas
424 as questões. No caso, os pequenos fazem jus a ter, sim, a dispensa ou até

425 mesmo LAS/Cadastro.” Conselheiro Adriano Nascimento Manetta: “Voto
 426 contrário pelas razões já colocadas aqui no debate, principalmente por
 427 entender que as hipóteses de cadastro para esse perfil de empreendimento
 428 são muito limitadas e que quando elas ocorrem são devidas.” Conselheiro
 429 Daniel Rennó Tenenwurcel: “Porque entendo que a redação proposta pela
 430 SEMAD é adequada para as características dos empreendimentos.”
 431 Conselheiro Túlio Almeida Lopes: “Eu entendo que a proposta já
 432 contemplava, e essa inclusão, na avaliação, é um zelo que não julgamos
 433 necessário.” Conselheira Mariana de Resende Franco: “Também concordo
 434 com os argumentos, que a proposta inicial já atende o que está proposto.”
 435 Conselheira Renata de Magalhães Couto Viana: “Baseada nos estudos
 436 técnicos da SEMAD, eu me senti convencida.” Conselheiro Carlos Alberto
 437 Santos Oliveira: “Presidente, eu acho que não tenho que justificar voto
 438 contrário, porque essa não é uma proposta da SEMAD. Mesmo assim, pelas
 439 razões que eu expus aqui quando, formalmente, coloquei a proposta
 440 contrária.” Conselheira Carla Raquel Fonseca Corrêa: “Acompanhando os
 441 argumentos dos outros conselheiros, eu acredito que a proposta inicial da
 442 SEMAD atende bem a proposta.” Manifestação da Faemg registrada antes
 443 da votação da proposta de alteração. Conselheiro Carlos Alberto Santos
 444 Oliveira: “Nós aqui não estamos flexibilizando lei nenhuma. No momento de
 445 muito juízo da SEMAD, ela está trazendo um impacto ambiental da atividade
 446 adequado, o que foi feito de forma equivocada na DN. Por essa razão, eu
 447 acho que devemos manter o texto da forma que foi aprovado, não aprovando
 448 a modificação sugerida.” **8) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA**
 449 **EXAME DE RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO. 8.1) Vale S/A. Mina**
 450 **Córrego do Feijão. Lavra a céu aberto com tratamento a seco e úmido.**
 451 **Brumadinho/MG. PA 30040/2014/001/2014, AI 71.286/2013.**
 452 **Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.** Recurso indeferido
 453 por unanimidade nos termos do parecer jurídico da FEAM. Votos favoráveis:
 454 Sede, Segov, Sedese, Seinfra, Seapa, Ibama, Ponto Terra, Assembleia
 455 Legislativa e APPA. Votos contrários: Fiemg, CMI e Faemg. Abstenção:
 456 Ministério Público. Ausências: Crea, SME, UFV, AMM, Ibram, PMMG e
 457 Fetaemg. Justificativas de votos contrários. Conselheira Denise Bernardes
 458 Couto: “Voto contrário por entender a aplicação da correção monetária pela
 459 tabela do TJMG, como já em algumas vezes discutido nesta Câmara.” Conselheiro
 460 Adriano Nascimento Manetta: “Voto contrário apenas pela modalidade de
 461 correção, que reputamos incorreta.” Conselheiro Carlos Alberto Santos
 462 Oliveira: “Eu gostaria de repetir que no mérito eu sou a favor da posição da
 463 FEAM, mas, pela forma de correção, meu voto é contrário.” **8.2) AVG**
 464 **Mineração S/A. MMX Sudeste Mineração S/A. Lavra a céu aberto com**
 465 **tratamento a úmido. Brumadinho/MG. PA 00049/1984/019/2011, AI**
 466 **67.121/2010. Apresentação: Núcleo de Auto de Infração da FEAM.**
 467 Recurso indeferido por unanimidade nos termos do parecer jurídico da

468 FEAM. Votos favoráveis: Sede, Segov, Sedese, Seinfra, Ibama, Ponto Terra
469 e APPA. Votos contrários: Fiemg, CMI e Faemg. Abstenção: Assembleia
470 Legislativa, Seapa, Ministério Público. Ausências: Crea, SME, UFV, AMM,
471 Ibram, PMMG e Fetaemg. Justificativas de votos contrários. Conselheira
472 Denise Bernardes Couto: “Voto contrário por entender a aplicação da
473 prescrição intercorrente no presente caso.” Conselheiro Adriano Nascimento
474 Manetta: “Também por entender pela aplicação da prescrição intercorrente.
475 É um processo cuja autuação tem nove anos. Essas questões não podem se
476 prolongar indefinidamente.” Conselheiro Carlos Alberto Santos Oliveira: “Voto
477 contrário por entender cabível a aplicação da prescrição intercorrente e pela
478 forma de correção inadequada.” Registro de abstenções de votos.
479 Conselheiro Francisco Chaves Generoso: “Só para fins de registro, informar
480 que as abstenções do Ministério Público em todos os itens se dão em
481 observância à recomendação da Corregedoria Geral da instituição, a fim de
482 que a instituição não se vincule às decisões administrativas e tenha liberdade
483 para atuar, eventualmente, em relação a elas.” **8) ENCERRAMENTO.** Não
484 havendo outros assuntos a serem tratados, o presidente Hidelbrando
485 Canabrava Rodrigues Neto agradeceu a presença de todos e declarou
486 encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

487
488
489
490
491 **Hidelbrando Canabrava Rodrigues Neto**
492 **Presidente da Câmara Normativa e Recursal**